



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

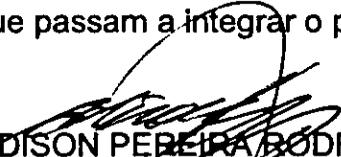
Processo n.º : 10980.002748/00-14
Recurso n.º : 133.000
Matéria: : IRPJ - EX: DE 1996
Recorrente : PATER PROJETOS E CONSTRUÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA.
Recorrida : 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA – PR.
Sessão de : 05 de novembro de 2003
Acórdão n.º : 101-94.420

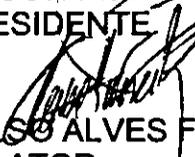
Decadência – Nos tributos classificados como sujeitos ao regime de homologação, ao amparo do fixado no § 4º, do artigo 150 do CTN, c/c o artigo 146, III, “b” da Constituição Federal, o prazo para lançar é de 5 (cinco) anos a partir do fato gerador.

Trava 30% - MP – 812/94 - Imposto de Renda e Contribuição Social - Lei nº 8.981/95. Artigos 42 e 58, Alegação de ofensa aos princípios da anterioridade, da irretroatividade e do direito adquirido. Descabimento da alegação relativamente ao Imposto de Renda, o mesmo não se dando no tocante à Contribuição Social, sujeita que está à anterioridade nonagesimal prevista no art. 195, § 6º da CF, no caso não violada.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por PATER PROJETOS E CONSTRUÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, ACOLHER a preliminar de decadência, relativo a abril de 1995, e no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


EDISON PEREIRA RODRIGUES
PRESIDENTE


CELSO ALVES FEITOSA
RELATOR

FORMALIZADO EM: 09 DEZ 2003

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: VALMIR SANDRI, KAZUKI SHIOBARA, SANDRA MARIA FARONI, RAUL PIMENTEL, PAULO ROBERTO CORTEZ e SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL.

Recurso nr. : 133.000
Recorrente : PATER PROJETOS E CONSTRUÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA.

RELATÓRIO

Contra a empresa acima identificada foi lavrado o Auto de Infração de fls. 40/45, por meio do qual é exigida a importância de R\$ 75.267,29, a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, mais acréscimos legais, totalizando uma exigência no valor de R\$ 211.701,09.

De acordo com a Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal de fl. 45, a exigência, apurada em revisão da declaração IRPJ do exercício de 1996, ano-calendário de 1995, refere-se a. Trata-se da compensação efetuada nos meses de abril e dezembro de 1995.

Impugnando o feito às fls. 56/64, a interessada contestou o lançamento, alegando, em síntese:

- que optou pela tributação mensal, mas entende que o limite para a compensação de prejuízos deveria ter sido aplicado sobre o resultado global apurado ao final do ano-calendário;
- que já decaiu o direito de a Fazenda Nacional proceder ao lançamento relativo ao mês de abril/95;
- que o limite de 30% não poderia ser aplicado em relação a prejuízos fiscais gerados até 31/12/1994;
- que houve ofensa aos princípios constitucionais da irretroatividade da lei tributária, do direito adquirido e do ato jurídico perfeito;
- que a limitação equivale a um empréstimo compulsório, instituído sem observância das normas do art. 148 da Constituição Federal;
- que o art. 43 do CTN adotou expressamente o conceito de renda como um acréscimo patrimonial e que o limite de 30% implica tributação do próprio patrimônio;
- que tal exação não poderia estar incluída na competência residual da União Federal prevista no art. 154 da Constituição Federal, porquanto dependeria de criação por meio de lei complementar.

Protestou pela produção de provas ao longo do processo, especialmente a juntada de documentos e a realização de perícia, bem como pela adução de outros argumentos pertinentes.

Na decisão recorrida (fls. 90/97), a 1ª Turma da DRJ em Curitiba-PR, por unanimidade de votos, julgou procedente o lançamento.

Rejeitou a preliminar de decadência, não apreciou as alegações de inconstitucionalidade e considerou não formulado o pedido de perícia, por não terem sido expendidos os quesitos nem fornecidos os dados do perito.

No mérito, confirmou o entendimento de que *“o lucro líquido ajustado não pode ser reduzido em mais de 30% do seu valor pela absorção de saldo iscais pendentes d’As fls. 102/117 encontra-se o recurso voluntário, por meio do qual a atuada repete os argumentos da impugnação.*

É o relatório.



VOTO

Conselheiro CELSO ALVES FEITOSA, Relator

O recurso é tempestivo.

Com respeito à decadência do direito de lançar correspondente ao mês de abril de 1995, em tributação segundo o regime de apuração mensal, quando o lançamento ocorreu em novembro de 1995, resta quase que pacificado o entendimento, neste Conselho de Contribuintes, no sentido da ocorrência da decadência, constituindo-se, por si só, suficiente para atender o apelo da Recorrente quanto à decadência parcial do lançamento de ofício, *verbis*:

" CSL – DECADÊNCIA – 5 ANOS – O prazo para o fisco lançar a Contribuição Social sobre o Lucro é de 5 anos, a contar da ocorrência do fato gerador, sob pena de decadência nos termos do art. 150, § 4º, do CTN." (Oitava Câmara – Acórdão 108-06757 – Processo 10980.016864/99-88).

" * PRELIMINAR. DECADÊNCIA. LANÇAMENTO IRPJ E CSLL. A partir de 1º de janeiro de 1992, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido passaram a ser devidos mensalmente e na medida em que os lucros eram apurados e, portanto, os referidos tributos passaram a ser lançados na modalidade de lançamento por homologação conforme jurisprudência uniformizada pela Câmara Superior de Recursos Fiscais e, por via de consequência, a contagem do prazo decadencial passou a ter início no mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador". (Primeira Câmara – Ac. 101-93576 – Processo 13830.001019/97-49).

DECADÊNCIA – IRPJ - IRRF – CSSL – A Câmara Superior de Recursos Fiscais uniformizou jurisprudência no sentido de que a partir da Lei 8.383/91 o IRPJ sujeita-se a lançamento por homologação. Assim sendo, o prazo para efeito da decadência é de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador." (Primeiro CC – Acórdão 93.113/00 – DOU 13/07/00).

DECADÊNCIA – IRPJ e CSLL – Ano 1993 – O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário relativo ao imposto de renda pessoa jurídica, extingue-se após cinco anos da ocorrência do fato gerador, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 150 do CTN." (Ac. 108-06.069/00 – DJU 18/05/00).

DECADÊNCIA – IRPJ e CSLL – Ex. 1993 – Prestigiando-se a legalidade, a certeza e a segurança jurídica a Fazenda Pública

não poderá exercer o seu dever-poder de lançar crédito tributário após a ocorrência do prazo quinquenal de decadência do respectivo direito” (Ac. 103 – 20.329/00 – DOU 23/08/00).

LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO – Nos tributos que comportam lançamento por homologação, ocorre a preclusão do direito de lançar quando transcorridos cinco anos a contar do fato gerador, ainda que não tenha havido a homologação expressa. O lançamento formalizado após o decurso do quinquênio decadencial, salvo nos casos de dolo, fraude ou simulação, é ineficaz e o crédito correspondente não pode se exigido ou cobrado”. (Ac. CSRF/1360/90 – DOU 26/09/94).

LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO – Tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, na contagem do prazo decadencial deve-se observar a regra do art. 150 § 4º, do CTN”. (Ac. 107-2.874/96 e 2.996/96 – DOU 22/01/97) .

Decorre daí que o prazo inicial da decadência, a partir de 1992, tem o marco definido no parágrafo 4º do art. 150 do CTN. Para as situações acontecidas antes de 1992, o lançamento restava classificado como por declaração.

Voto assim no sentido de declarar a decadência da exigência quanto ao mês de abril de 1995, considerando o fato de que o regime adotado pela Recorrente foi o de apuração mensal.

No mais mantenho a tributação.

Ao que se sabe, nos Tribunais Superiores, a matéria vem assim sendo decidida, contra o entendimento do Sujeito Passivo:

STJ

“Agravo no Agravo de instrumento. Decisão Monocrática que conhece o Agravo de Instrumento para dar provimento ao Recurso Especial. Medida Provisória nº 812/94, convertida na Lei nº 8.981/95. Violação ao art. 42 do Diploma Federal.

I.. O art. 42 da Lei nº 8.981/95, que limita o direito à compensação, tem eficácia a partir de 31/12/94, data de publicação da Medida Provisória nº 812.

II. Inexiste direito líquido e certo de proceder à compensação dos prejuízos fiscais acumulados até 31 de dezembro de 1994 na base de cálculo do Imposto de Renda, sem limites da Lei nº 8.891/95. Precedente do Excelso Supremo Tribunal Federal: RE 232.084, Rel. Min. Ilmar Galvão”. (1999/0044699-2 – Agrte. Casa Anglo Brasileira S/A – Agrdo. Fazenda Nacional – Rel. Min. Nancy Andriighi – AI nº 243.514)

“Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas – Compensação de Prejuízos Fiscais – Lei nº 8.921/95 – Medida Provisória nº 812/95 – Princípio da Anterioridade.

A medida Provisória nº 812, convertida na Lei nº 8.921/95 –, não contrariou o princípio constitucional da anterioridade.

Na fixação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro, o lucro líquido ajustado poderá ser reduzido por compensação da base de cálculo negativa, apurada em períodos bases anteriores em, no máximo, trinta por cento. A compensação da parcela dos prejuízos fiscais excedentes a 30% poderá ser efetuada, integralmente, nos anos calendários subseqüentes.

A vedação do direito à compensação de prejuízos fiscais pela Lei nº 8.981/95 não violou o direito adquirido, vez que o fato gerador do imposto de renda só ocorre após o transcurso do período de apuração que coincide com o término do exercício financeiro.

Recurso improvido.” (REsp . 252.536 – CE (2000/0027459-3) – Rel. Min. Garcia Vieira – Recte. Metalgráfica Cearense S/A – Mecesa – Recdo. Fazenda Nacional).

STF

“ ... Acontece, no entanto, que, no caso, a medida provisória foi publicada no dia 31.12.94, a tempo, portanto, de incidir sobre o resultado financeiro do exercício, encerrado no mesmo dia, sendo irrelevante, para tanto, que o último dia do ano de 1994 tenha recaído num sábado, se não se acha comprovada a não-circulação do Diário Oficial da União naquele dia.

Não há falar, portanto, quanto ao Imposto de Renda, em aplicação ofensiva aos princípios constitucionais invocados.

Se assim, entretanto, se deu quanto ao imposto de renda, o mesmo não é de dizer-se da contribuição social, cuja majoração estava sujeita ao princípio da anterioridade nonagesimal, segundo o qual a norma jurídica inovadora, para alcançar o balanço de 31.12.94, haveria de ter sido editada até 31/10/94, o que, como visto, não se verificou.

Ante o exposto, meu voto conhece, em parte, do recurso e, nessa parte, lhe dá provimento, para declarar inaplicável, no que tange ao exercício de 1994, o art. 58 da Medida Provisória nº 812/94, que majorou a contribuição social incidente sobre o lucro das empresas”.

- x -

)

“A Medida Provisória nº 812/94, nos artigos 42 e 58, dispôs do seguinte modo:

“Art. 42. A partir de 1º de janeiro de 1995 para efeito de determinar o lucro real, o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas ou autorizadas pela legislação do Imposto sobre a Renda poderá ser deduzido em, no máximo, trinta por cento.

Parágrafo único. A parcela dos prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 1994, não compensada em razão do disposto no “caput” deste artigo poderá ser utilizada nos anos-calendário subseqüentes.”

Art. 58. Para efeito de determinação da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro, o lucro líquido ajusta poderá ser reduzido por compensação da base de

cálculo negativa apurada em períodos-base anteriores em, no máximo, trinta por cento.”

Considerando que, pelo regime anterior, do Decreto-Lei nº 1.598/77, o contribuinte podia compensar o prejuízo apurado em um período-base com o lucro real apurado nos quatro períodos-base subseqüentes, podendo fazê-lo de forma total ou parcial, em um ou mais períodos, à sua vontade (art. 64 e § 2º), é fora de dúvida que para aqueles que, efetivamente, registraram prejuízo, as normas transcritas importaram aumento de imposto (no primeiro caso) e de contribuição social (no segundo), limitados que ficaram à compensação de apenas 30% daqueles prejuízos por ano.

Se assim é, fácil deduzir que, para influir na apuração do lucro do exercício de 1994, para fim do cálculo do imposto de renda devido em 1995, bastaria que a referida Medida Provisória nº 812/94 fosse publicada ainda no mencionado exercício (art. 150, III, a e b), o que, efetivamente, não ocorreu, já que foi veiculada no “Diário Oficial da União”, de 31/12/94. Chegou a recorrente a afirmar que citado Diário Oficial somente teve sua distribuição iniciada à 19:45min daquele sábado, fato que, todavia, não chegou a ser comprovado.

Para afetar o cálculo da contribuição social de 1995 mister seria, no entanto, que a medida provisória houvesse sido dada à luz até o dia 31 de outubro de 1994, em face da anterioridade nonagesimal prevista no art. 195, § 6º, da Constituição. Posto que tal não se verificou, é fora de dúvida que não incidiu ela, para esse efeito, no balanço social de 1994.

Acontece, porém, que o recurso não trouxe alegação de ofensa ao art. 195, § 6º, da Constituição, motivo pelo qual não há como provê-lo nesse ponto.

Meu voto, por isso, não conhece do recurso.”

Os julgados estão assim ementados:

“**Ementa** – Tributário. Imposto de Renda e Contribuição Social. Medida Provisória nº 812, de 31.12.94, convertida na Lei nº 8.981/95. Artigos 42 e 58, que reduziram a 30% a parcela dos prejuízos sociais, de exercícios anteriores, suscetível de ser deduzida no lucro real, para apuração dos tributos em referência. Alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade.

Diploma normativo que foi editado em 31.12.94, a tempo, portanto, de incidir sobre o resultado do exercício financeiro encerrado.

Descabimento da alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade, relativamente ao Imposto de Renda, o mesmo não se dando no tocante à contribuição social, sujeita que está à anterioridade nonagesimal prevista no art. 195, § 6º da CF, que não foi observado.

Recurso conhecido, em parte, e nela provido.” (RE. 232.084-9)

“**Ementa** – Tributário. Imposto de Renda e Contribuição Social. Medida Provisória nº 812, de 31.12.94, convertida na Lei nº 8.981/95. Artigos 42 e 58, que reduziram a 30% a parcela dos prejuízos sociais, de exercícios anteriores, suscetível de ser deduzida no lucro real, para apuração dos tributos em referência. Alegação de ofensa aos princípios da anterioridade, da irretroatividade e do direito adquirido.

Diploma normativo que foi editado em 31.12.94, a tempo, portanto, de incidir sobre o resultado do exercício financeiro encerrado, ante a não-comprovação de haver o Diário Oficial sido distribuído no sábado, no mesmo dia, do referido diploma normativo.

Descabimento da alegação de ofensa dos princípios da anterioridade e da irretroatividade, e, obviamente, do direito adquirido, relativamente ao Imposto de Renda, o mesmo não se dando no tocante à contribuição social, sujeita que está à anterioridade nonagesimal prevista no art. 195, § 6º da CF, que não foi observado.

Ausência, entretanto, de alegação de ofensa ao mencionado dispositivo.

Recurso não conhecido” (RE. 256.273).

Acrescente-se mais o que consta:

Agravo Regimental – Compensação de prejuízos acumulados, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro – Medida Provisória nº 812/94 – Lei nº 8.981/95 – Limitação de 30%.

Precedentes – REsp . nº 90.234, Rel. Min. Milton Luiz Pereira; REsp . 90.249/MG., Rel. Min. Peçanha Martins, DJU de 16/3/1998; REsp. nº 142364/RS, Rel. Min. Garcia Vieira, DJU de 20/4/1998. RE. 232.084/SP, 1ª. T., Rel. Min. Ilmar Galvão.

A acusação que dá embasamento à imputação diz respeito a IRPJ de 1995, apurado por opção mensal, daí poder ser aplicada a trava no próprio exercício, já que os fatos geradores ocorrem mês a mês. Dai emerge a impossibilidade de compensação em percentual, quanto ao prejuízo superior a 30%, nos termos do que ficou exposto.

Restam afastados ainda os demais argumentos que apontam violação a outros princípios constitucionais, conforme jurisprudência posta.

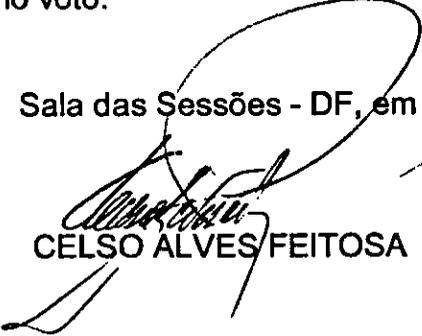
Consigno ainda ser fato real; concreto; e aferível que, mesmo neste Conselho de Contribuintes, onde várias foram as decisões favoráveis à questão direito adquirido e não trava para os prejuízos e bases negativas apurados até 1994, atualmente outra vem sendo a posição, como atestam os Acórdãos números: 101-93.581; 101-93.627; 101-93.467; 101-93.719 e 107-06.152, dentre outros.

Nego provimento quanto o mais.

O provimento é parcial, portanto, para afastar, porque atingido pela decadência, o lançamento quanto ao mês de abril, tão só, mantido o mais.

É como voto.

Sala das Sessões - DF, em 05 de novembro de 2003


CELSON ALVES FEITOSA